

PORTAL DOS FÓRUMS DE EJA: ESPAÇO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O DESAFIO DO CURRÍCULO INTEGRADO NA EXPERIÊNCIA PROEJA-FIC/PRONATEC EM GOIÂNIA-GO.

Cláudio Virote

Mestrando da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás – FE/UFG; Técnico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano; Pesquisador da Funap-GO e Obeduc-Capes

Maria Emilia Castro Rodrigues

Professora da FE/UFG; Pesquisadora da Funap-GO e Obeduc-Capes

Cláudia Borges Costa

Doutoranda em Educação, pela Universidade de Brasília – UnB; Professora SME de Goiânia; Pesquisadora da Funap-GO e Obeduc-Capes

Maria Aldina Gomes da Silva Francisco

Mestranda em Educação pela FE/UFG; Pesquisadora da Funap-GO e Obeduc-Capes

RESUMO: Reconhecer os sujeitos educandos da modalidade na sua essencialidade como trabalhadores tem sido motivo para o desenvolvimento de diversas experiências que apresentem uma aproximação com os conhecimentos próprios da formação profissional. Este texto traz a experiência do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Educação Profissional Técnica de Nível Médio de Formação Inicial e Continuada (Proeja-FIC), desenvolvido em turmas da Rede Municipal de Educação de Goiânia-RME em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás-IFG e Universidade Federal de Goiás-UFG, por meio da Faculdade de Educação/FE-UFG. A referida experiência objetiva concretizar o currículo integrado, realizado pelo diálogo dos conteúdos da educação fundamental com os conteúdos da educação profissional através do eixo temático e das aulas compartilhadas, a qual vem utilizando o Portal do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos como espaço de contribuição para implementação desse desafio do currículo integrado nesta modalidade de ensino. O objetivo do presente estudo é analisar o desafio da concretização do currículo integrado e apontar as reflexões advindas da constituição do espaço virtual, na figura do Portal do Fórum Goiano de EJA, na contextualização em que se encontra esta modalidade educacional, seu diálogo com o mundo do trabalho e a Educação Profissional e, mais recentemente a inserção do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec). Alguns questionamentos que problematizaram e nortearam o estudo foram: Quais desafios estão presentes no fazer pedagógico em questão? Quais materiais ou ferramentas podem contribuir com o currículo integrado? Em que medida o Portal é um espaço de contribuição tanto na prática pedagógica quanto na construção e concretização do currículo integrado? Para respondermos tais indagações realizaremos uma breve contextualização histórica da EJA no Brasil abordando suas origens, evolução e situação atual frente às influências legais, culminando com o Proeja e Proeja-FIC e apresentaremos como vem se desenvolvendo a experiência do Proeja-FIC nas turmas da RME e sua relação com o Fórum Goiano de EJA. Como forma de realizar a fundamentação teórica foram visitados vários referenciais, dentre os quais se destacam produções de Freire (2002); Engels (2004); Gramsci (2004); Ramos (2005); Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005); Mészáros (2006); Silva (2007); Machado (2008); Moll (2010). Ressalta-se que o referencial teórico utilizado perpassa pela análise de questões relacionadas ao mundo do trabalho, ao trabalho como princípio educativo e à educação em suas nuances e generalidades com enfoque na EJA, currículo integrado, educação profissional e mídia como espaço de construção do conhecimento. O estudo está embasado num método de pesquisa qualitativo, do tipo revisão de literatura e análise

documental com a utilização de bibliografias orientadas com o intuito de se extrair conceitos-chaves acerca da contextualização da EJA no Brasil, bem como sua evolução, características e generalidades. O estudo nos levou à conclusão de que as atividades desenvolvidas pela parceria RME/UFG/IFG se configuram como ação afirmativa no processo de garantir o direito de jovens e adultos numa contextualização socioeconômica e cultural de privações ou negativas de acesso ou continuidade ao ambiente escolar em idade apropriada, além de reforçar a EJA como modalidade educativa ressaltando que o Portal dos Fóruns de EJA, com ênfase ao Fórum Goiano de EJA, é importante instrumento verticalizador do processo de construção e contribuição nas ações de concretização do currículo integrado, fortalecendo seu diálogo com o mundo do trabalho e a Educação Profissional. Ademais, o espaço virtual do Fórum Goiano de EJA tem o importante papel de garantir o acesso irrestrito a discussões relacionadas a experiências de EJA no Estado, em especial em Goiânia, contribuindo com a construção do conhecimento nesta modalidade de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Portal dos Fóruns de EJA; Proeja-FIC/Pronatec; Currículo Integrado.

1. Introdução

O presente artigo abordará acerca da experiência de construção curricular na Educação de Jovens e Adultos (EJA) com enfoque na educação profissional e tecnológica (EPT) desenvolvida na experiência do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada com Ensino Fundamental (Proeja-FIC), com financiamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), realizada em turmas da Rede Municipal de Educação de Goiânia (RME) em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) e a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG).

Trata-se de uma experiência que objetiva concretizar o currículo integrado, no diálogo da educação fundamental com a educação profissional (EP) através do eixo temático pela via das aulas compartilhadas integradas, e que tem utilizado o Portal do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos, doravante denominado Fórum Goiano de EJA, enquanto espaço de contribuição para implementação e divulgação das ações desse trabalho. O objetivo do artigo é analisar o desafio da concretização dessa experiência de construção da proposta do currículo integrado e apontar reflexões frente à constituição desse espaço virtual, o Portal do Fórum Goiano de EJA, e o diálogo com o mundo do trabalho e a Educação Profissional.

O Fórum Goiano de EJA e o Portal do Fórum vêm se contrapondo historicamente, pela luta dos movimentos sociais no campo da educação, ao contexto das políticas neoliberais, que desde a década de 1990 têm se intensificado. No que concerne à EJA, a

resistência e os diversos debates assinalam oposição às frágeis ações descontínuas voltadas aos jovens e adultos, sobretudo no final da década de 1990, por meio dos Fóruns de EJA. Na argumentação de Machado (2008), diversas ações vêm sendo realizadas no sentido de cobrar do poder público a responsabilidade na oferta da educação básica de jovens e adultos, bem como de toda a sociedade civil o compromisso com a educação como direito. A criação dos fóruns de EJA desde 1996 traz a marca do movimento social que tem se organizado por meio de diversos encontros, mas, sobretudo nas defesas dos trabalhadores estudantes que compõem essa modalidade. Os fóruns hoje estão espalhados por todos os 26 estados e no Distrito Federal, e em alguns estados podemos contar também com a organização de fóruns regionais unindo alguns municípios. Enfim, o movimento dos fóruns vive o desafio da construção da política pública para a EJA.

Enquanto um passo para contribuir na construção política da modalidade, em 2005, o Encontro Nacional de EJA (ENEJA) lançou o Portal dos Fóruns de EJA, com objetivo de ser um “domínio – org” e em 2006 concretizou-se o sítio com o compromisso institucional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília de sediá-lo. O Portal dos Fóruns de EJA procura manter o vínculo entre o movimento social em defesa da EJA e as tecnologias de informação e comunicação (TIC’s), pois ele se afirma enquanto um espaço virtual de interação e multimídia. Conforme registro no próprio portal:

O Portal é construído em software livre e desenvolvido de forma descentralizada por estudantes, professores, integrantes dos movimentos sociais e governos que atuam na área de Educação de Jovens e Adultos. Ainda que haja parceria com estudantes e professores da área de Tecnologia, o Portal é administrado coletivamente pelos próprios integrantes dos Fóruns de EJA. A comunicação pode ser mediada ou não pelas TIC’S. É importante ressaltar que os espaços virtuais não podem substituir os espaços reais, são de naturezas distintas e ao mesmo tempo complementares. O Portal disponibiliza um acervo virtual multimídia com a publicação de textos, artigos, teses, dissertações, banners, documentos, relatórios dos encontros, livros, links, imagens, produções em áudio e audiovisual. Além do caráter informativo, o Portal possibilita a comunicação entre as pessoas, fortalecendo uma rede de trocas onde se favorece o diálogo, surgindo a possibilidade de produção de novos conhecimentos acerca das problemáticas da Educação de Jovens e Adultos. (FÓRUNS EJA BRASIL, 2014)

Na perspectiva de marcar a especificidade da EJA em cada estado desse Brasil continental o Portal também está organizado nos 26 estados e no Distrito Federal. Cada Fórum Estadual tem buscado manter o Portal de alguma forma, e em Goiás tem sido mantido e coordenado pela FE/UFG por meio do Projeto de Extensão *Educação de Jovens e Adultos: Fórum Goiano de EJA e Grupo de Estudos de Educação de Jovens e Adultos (Geaja)*, com a contribuição de bolsistas que procuram diuturnamente atualizar esse espaço virtual. O desafio

maior tem sido assegurar esse espaço não somente com informações, mas, sobretudo, com subsídios de formação que possa contribuir com os educadores, educandos e pesquisadores da modalidade.

Como parte das ações deste Projeto de Extensão o Geaja tem desenvolvido, juntamente com a pesquisa do Observatório da Educação da Capes (Obeduc), por meio do Projeto “Desafios da Educação de Jovens Adultos integrada à Educação Profissional: identidades dos sujeitos, currículo integrado, mundo do trabalho e ambientes/mídias virtuais”, e com o IFG e a SME, a formação continuada dos profissionais da EJA: professores da formação geral e da educação profissional, coordenadores, dos professores formadores, apoios e gestores que atuam no Proeja-FIC/Pronatec, bem como, tem buscado contribuir com a sistematização e a divulgação desta experiência, por meio do Portal do Fórum Goiano de EJA (<<http://forumeja.org.br/go/node/1512>>), sendo postados materiais utilizados e produzidos: para a formação continuada e nos planejamentos coletivos com os profissionais das escolas; nos trabalhos cotidianos das aulas ou plenárias nas escolas; por alunos e professores nas regências compartilhadas na construção do currículo integrado via eixo temático; nos diálogos estabelecidos com a comunidade nas feiras, na coleta de dados do diagnóstico, entre outros, que estão sendo disponibilizados no Portal, quando encaminhados e autorizados pelos sujeitos e instituições envolvidas.

Para a construção deste artigo recorreremos aos documentos produzidos para a formação continuada dos profissionais que atuam no Proeja-FIC/Pronatec, e que se encontram disponíveis no site do Fórum Goiano de EJA (<www.forumeja.org.br/go>), no *menu* horizontal, no espaço da Educação Profissional (EP) das anotações/memórias das reuniões com os formadores responsáveis pela formação do coletivo de professores e demais profissionais das 10 escolas; bem como dos materiais utilizados para a formação continuada inicial dos profissionais ocorrida na FE/UFG e nos encontros de formação continuada e planejamento pedagógico para a construção do currículo integrado *in lócus* nas unidades escolares.

No âmbito metodológico utilizamo-nos de instrumentos da pesquisa qualitativa participante, com uso da análise documental, observação e entrevistas com os sujeitos do processo educativo. Temos acompanhado, participado, registrado e contribuído na sistematização do desenvolvimento do processo de abertura e desenvolvimento da escolarização das turmas do Proeja-FIC/Pronatec nas 10 escolas da SME de Goiânia, quer seja na formação continuada dos formadores que fazem a formação dos professores das escolas participantes da pesquisa; como formador dos professores; e na realização dos estudos

sobre a construção do currículo do Proeja-FIC/Pronatec, via eixo temático, uma experiência que se aproxima da proposta freireana, e utiliza as regências compartilhadas para desenvolver o currículo integrado e interdisciplinar.

Alguns questionamentos que problematizaram e nortearam o estudo foram: Quais desafios estão presentes no fazer pedagógico em questão? Quais materiais ou ferramentas podem contribuir com o currículo integrado? Em que medida o Portal é um espaço de contribuição tanto na prática pedagógica quanto na construção e concretização do currículo integrado? Para respondermos tais indagações realizaremos uma breve contextualização histórica da EJA no Brasil abordando suas origens, evolução e situação atual frente às influências legais, culminando com o Proeja e Proeja-FIC e apresentaremos como vem se desenvolvendo a experiência do Proeja-FIC nas turmas da RME de Goiânia e sua relação com o Fórum Goiano de EJA.

A fundamentação teórica para a composição das análises do presente texto, realizada com revisão de literatura e análise documental, está pautada nas produções de; Freire (2002); Engels (2004); Gramsci (2004); Ramos (2005); Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005); Mészáros (2006); Silva (2007); Machado (2008); Moll (2010). Referencial teórico que perpassa pela análise de questões relacionadas ao mundo do trabalho, ao trabalho como princípio educativo e à educação em suas nuances e generalidades com enfoque na EJA, currículo integrado, educação profissional e mídia como espaço de construção do conhecimento.

A experiência desenvolvida pela parceria RME/UFG/IFG busca garantir o direito à educação de jovens e adultos, como modalidade educativa. Nesse processo o Portal dos Fóruns de EJA, com ênfase ao Fórum Goiano de EJA, tem sido um instrumento importante nas ações de formação dos profissionais, concretização do currículo integrado, divulgação da experiência, fortalecendo seu diálogo com o mundo do trabalho e a Educação Profissional.

2. A EJA em âmbito nacional à implantação do Proeja-FIC na SME de Goiânia

A demanda pela EJA decorre de sistemáticos resultados associados ao processo de descontinuidade da formação escolar e se configura como um grave problema que acompanha a história da educação brasileira. No atual contexto socioeconômico capitalista e, mais recentemente, no discurso neoliberal, a exigência pela escolarização dos trabalhadores tem tido consequência na constituição das alternativas de formação, estas, ainda voltadas para atender minimamente o mercado de trabalho, sem preocupação com a continuidade da educação, prevista na legislação nacional como direito de todos.

Vale ressaltar que o Brasil, nomeadamente a partir dos anos 90, esquadrinhou ajustes nos mais diversos segmentos sociais, estabelecendo reformas de caráter estrutural, dentre as quais se destacando a reforma na educação nacional. Assim o que se pode verificar é um interesse governamental em promover a ascensão dos níveis populares a patamares de escolarização mais elevados, podendo se observar investimentos mais significativos na Educação Básica e programas de escolarização, e embora a EJA a partir do Projeto Popular do Governo Lula tenha conseguido avanços, sobretudo na inserção da modalidade no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb¹, ainda carece de políticas públicas que possam atender a demanda da modalidade.

O discurso governamental contemporâneo define de maneira dominante os entendimentos e os métodos que vigoraram nos anos 90, podendo-se citar a continuidade de parcerias entre o público e o privado que aumentam ainda mais o dualismo basilar da educação, sobretudo no setor educacional técnico-profissional e tecnológico.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), o decreto 2.208/97 separou o ensino médio da educação profissional, reforçou mais uma vez a dualidade histórica marcada nesse país. No governo Lula (2003-2011), percebeu-se uma ampliação do acesso à Educação de Jovens e Adultos, embora ainda permaneça a condição de programas e não de políticas públicas. Assim, o decreto 5.154/04 faz reintegração do ensino médio à educação profissional e o decreto 5.840/06 institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Esse decreto ampliou a oportunidade de ofertas de cursos vinculados ao Proeja nos sistemas estaduais, municipais e entidades nacionais de serviço social, propiciando a integração dos cursos de formação inicial e continuada (FIC) também no ensino fundamental na modalidade de EJA, o que resultou então na criação do Proeja-FIC. (BRASIL, 2007). O projeto pedagógico para concretizar esse programa tem pautado no desafio de aproximar duas modalidades da educação básica: EJA e EP. Um dos elementos fundantes do referido programa está no compromisso em atender a demanda de jovens e adultos trabalhadores que

¹ Em conformidade com Militão (2011, p. 130): “Nos mesmos moldes do FUNDEF, por um tempo determinado, o novo Fundo prevê, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, para a manutenção e desenvolvimento da educação básica, a subvinculação de parte (80% de 25%) dos recursos constitucionalmente destinados à educação, que retornam para os entes federados em valores proporcionalmente relativos ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino. Previsto para durar 14 anos (até 31 de dezembro de 2020), o FUNDEB repete a lógica de vigência provisória do Fundo precedente, o que certamente dificulta o planejamento de longo prazo numa área que, sabidamente, requer medidas de caráter permanente. Respondendo às críticas que haviam sido feitas ao Fundef, o Fundeb – apesar das gritantes semelhanças – apresenta duas diferenças marcantes em relação ao Fundo extinto, a saber: composição e abrangência”. E nele a EJA conta com o menor valor aluno percentual (0,8).

não foram escolarizados ou que tiveram acesso à escola, mas que não conseguiram continuar a formação.

Trata-se da educação de jovens e adultos, educandos-trabalhadores, formados no âmbito das relações sociais de produção, com características históricas associadas a processos excludentes e marginalizadores da base piramidal da sociedade, cuja atenção para o trabalho de formação escolar e educação profissional estava sendo pensada numa perspectiva de educação integrada, e que no caso dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), apontava para a construção de propostas de ação curricular omnilateral, integral, integrada, interdisciplinar, formação humana em sua totalidade.

O Documento Base do Proeja no âmbito da formação inicial e continuada/ensino fundamental (BRASIL, 2007), apontava no âmbito da organização curricular o objetivo era de “[...] superar a fragmentação do conhecimento e aprimorar as práticas educativas, assume-se a integração como a forma preferencial de organização curricular” (p.35), haja vista que “a complexidade dos fatos contemporâneos, no entanto, exige uma visão menos segmentada da realidade, uma visão que possibilite, desse modo, compreender o todo, em detrimento das partes isoladamente” (Idem). Uma perspectiva que passa pela interdisciplinaridade:

[...] proposta nessa forma de organização por áreas temáticas, é uma posição epistemológica e pedagógica que se realiza diretamente na prática docente. O planejamento conjunto por parte de uma equipe interdisciplinar pode levar à eleição de eixos integradores, projetos de trabalho, temas geradores que podem ser propostos como um objeto de estudo, um projeto de intervenção ou de empreendimento [...] (BRASIL, 2007, p. 37).

Foi com esta concepção que se implantou a proposta do Proeja-FIC na RME de Goiânia em 2010, em uma escola no período noturno para alunos da educação de adolescentes, jovens e adultos (EAJA²), com uma turma de Auxiliar de Cozinha, com vistas a proporcionar ao mesmo tempo ensino fundamental na modalidade EJA e qualificar os alunos

² Em 1993 a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME) expandiu pela Rede, com recursos do Tesouro Municipal, uma experiência de educação de adolescentes, jovens e adultos realizada pela UFG, originando o Projeto AJA – Experiência Pedagógica de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental para Adolescentes, Jovens e Adultos – que era organizado em módulos; com flexibilidade no período de matrícula; avanço do aluno para o(s) módulo subsequente(s) a qualquer momento do ano, e avaliação trimestral processual daqueles com condições de avançar; contava com 180 dias letivos anual, e três horas diárias de aulas; atividade cultural semanal; reuniões semanais de estudo e planejamento dos professores; reuniões trimestrais de avaliação como um todo do projeto. Em 2001 a experiência vivenciada estendeu-se para toda a EJA da RME de 1ª a 8ª séries, com a denominação de EAJA. Desde 2000 de 5ª a 8ª séries já havia sido implantada a base paritária, na qual todas as disciplinas, contam com a mesma carga horária e um coletivo de educadores por escola. Atualmente a EAJA da SME atende, no diurno e noturno, no ensino fundamental em *cinco diferentes formas de organização*: classes de alfabetização em espaços comunitários – o Programa AJA Expansão; o primeiro segmento que corresponde aos quatro primeiros anos de escolaridade, quer seja seriada ou multisseriada, em escolas no noturno ou em turmas de extensão, no diurno, em espaços alternativos; o segundo segmento em três formas de organização: uma seriada, outra alternativa (organizada por áreas de conhecimento) e o Proeja-FIC com oferta de ensino fundamental integrado a qualificação profissional.

para o mundo de trabalho, numa perspectiva de uma formação integral; de integração da EJA e EP; de uma formação omnilateral; e do trabalho como princípio educativo, numa dimensão ontológica, o que até então, só havia acontecido em Goiás e no Brasil no Proeja em nível de ensino médio. A SME participava com a estrutura e os professores de seu quadro para oferecer a educação básica integrada à educação profissional; o IFG com os profissionais que se encarregavam da qualificação profissional, na área de alimentação; e a FE/UFG apoiava a formação continuada dos profissionais que atuavam na experiência.

Na RME de Goiânia o processo educativo sistematizado da EAJA ocorre principalmente no noturno, havendo, portanto, uma preocupação em relação à qualidade desse ensino oferecido, em parte, devido ao horário em que ele é realizado, pois geralmente, os sujeitos que partilham dessa realidade, tanto alunos, quanto professores chegam à escola normalmente, depois de um dia inteiro de trabalho, numa segunda ou terceira jornada. A preocupação com tais fatores, entre outros, leva à necessidade de um processo escolar diferenciado. Como a experiência com a base curricular paritária implantada na SME no ano de 2000, como uma forma de “organização em que, todas as áreas do conhecimento são contempladas com a mesma quantidade de horas-aula, em que não há privilégio de nenhum componente curricular, pois todos são considerados relevantes no processo de ensino-aprendizagem” (GOIÂNIA, 2013, p. 13). O que permite ao professor atuar em uma mesma escola, e realizar um trabalho coletivo, no planejamento o que configura mais uma tentativa de melhorar a qualidade do ensino em questão.

Sua organização possibilita também, flexibilidade em relação à frequência e aos horários de entrada dos alunos em sala. Assim como, um sistema avaliativo diferenciado, o qual ocorre processual e continuamente, com avaliação diagnóstica que tem como objetivo apreender as experiências e os conhecimentos dos alunos, que por sua vez, contribui entre outros, para a construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das instituições de ensino adequados aos sujeitos da EAJA.

Em relação ao trabalho docente, esse arranjo proporcionou que o professor tenha momentos de estudo no local de trabalho e planejamentos em que ocorre o trabalho coletivo na escola, como parte da carga horária de trabalho, o que certamente contribui com certa reflexão acerca da prática, pois nesses momentos ocorrem tanto estudos teóricos, quanto a troca de experiências dos docentes em relação ao trabalho feito com os alunos.

Nesse contexto há ainda, a preocupação e necessidade de que o professor que atue na EAJA tenha uma prática educativa diferenciada, que o processo de ensino-aprendizagem seja mais coerente com as necessidades de seu público. Para tanto, o sistema educativo

investe em formação para o trabalhador docente, com perspectivas de que os eixos norteadores da prática educativa da EAJA sejam pautados, na Proposta Politico-Pedagógica (PPP-EAJA), que tem como princípios o reconhecimento e valorização das especificidades do aluno da modalidade, com vistas à prática do docente, enquanto uma ação política, em que o professor assumia-se como mediador do processo de ensino-aprendizagem, que ele se perceba enquanto profissional capaz de juntamente com seus alunos criar ferramentas, que auxiliem nas mudanças sociais, e que entenda que se faz necessário ter, os saberes dos alunos da modalidade como ponto de partida da ação pedagógica (GOIÂNIA, 2013).

Ressalta-se, porém, que esse não é um processo que ocorre de forma linear na SME de Goiânia, algumas conquistas avançam, mas há também retrocessos e é por meio das reivindicações de muitos educadores engajados, que são garantidos os direitos à uma educação de qualidade social para pessoas em diferentes idades, que procuram a escola, mas têm dificuldades de nela permanecer, muitas vezes, devido às intempéries da vida, que ao mesmo tempo em que obriga esses jovens, adultos e idosos, a buscarem a escola, para sentirem-se mais seguros e valorizados em relação ao trabalho, quase sempre são obrigados a desistirem uma vez mais da mesma, por não terem condições de manter mais uma jornada diária.

Com o Proeja-FIC na SME de Goiânia, após dois anos e meio de curso, a primeira turma recebeu a certificação única de educação básica integrada à educação profissional. A animadora avaliação, acompanhada por pesquisa desenvolvida pela FE/UFG, levou à reedição da experiência, agora ampliando para dez escolas da RME de Goiânia, atendendo a 1.247 alunos, distribuídos nos cursos de: Operador de computador, Mestre de Obras, Eletricista Industrial, Auxiliar de Cozinha, Modelista e Artesão de Biojóias. O curso foi montado para ser desenvolvido em: dois anos e meio com carga horária diária de 3h30min; seguindo o calendário da SME de atividades letivas; totalizando 486 dias letivos; carga horária total de 1700h; carga horária da formação básica do Ensino Fundamental de 1400h e de formação inicial e continuada/qualificação profissional de 300h, e 175h de atividades complementares. No decorrer do curso os profissionais que atuariam na experiência passariam por formação continuada sob a coordenação da FE/UFG, como parte do projeto de extensão *Educação de Jovens e Adultos: Fórum Goiano de EJA e Grupo de Estudos de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos – Geaja*, desenvolvida com as instituições parceiras.

Enquanto nos Institutos Federais o Proeja-FIC estava se estruturando nas parcerias estabelecidas com as redes municipais/estaduais, como no caso do IFG e SME de Goiânia, o que contou inicialmente com estímulo do Governo Federal, em 2011 o Ministério

da Educação e Cultura, através de seu Ministro Fernando Haddad, respaldado pelos discursos da Presidenta Dilma Roussef, anuncia o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), objetivando a expansão, interiorização e democratização da disponibilização de cursos técnicos e profissionais de nível médio, além dos cursos FIC para trabalhadores, com vistas a tentar garantir a intensificação do programa de ampliação das escolas técnicas no país, mas com cursos aligeirados. Ressalta-se que todo este processo está pautado na homologação de bolsas e financiamentos estudantis, como o FIES³.

Diante desta mudança de orientação do Governo Federal frente ao fomento e apoio dos cursos de Proeja e Proeja-FIC, no decurso das negociações para implantação das novas turmas de Proeja-FIC em 2013, como o IFG não dispunha de profissionais suficientes para atender a esta parceria, a opção foi por manter a experiência pedagógica que a SME vinha desenvolvendo, dentro dos princípios do Proeja-FIC, mas contando com os recursos do Pronatec, e mantendo o curso no formato ampliado (de dois anos e meio) e certificação única. Trata-se de uma ação contra hegemônica, na contramão do que vem sendo ofertado pelos cursos do Pronatec, por considerarmos que a EJA demanda uma formação básica sólida integrada à EP, e não aligeirada como prevê os cursos do Pronatec.

Contudo, é necessário assumir que “apesar das declarações favoráveis à integração entre formação básica e formação específica, a política de educação profissional processa-se mediante programas focais e contingentes numa travessia marcada por intensos conflitos e no terreno da contradição” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 1087), realidade contra a qual a experiência do Proeja-FIC em Goiânia tem buscado superar.

Mas, mais uma vez se confirma que, com base na evolução histórica da educação brasileira, que é possível alegar que a EJA sempre revelou precariedade frente às políticas públicas propostas para o âmbito educacional como um todo. As diligências para garantir um acesso a uma EJA de qualidade, bem como um maior controle sobre as discontinuidades, fazem parte de reivindicações de educadores, movimentos sociais, entre eles os Fóruns de EJA, e parcelas sociais que buscam realmente defender o acesso a uma educação de qualidade para todos.

³ De acordo com Ciavatta e Ramos (2011), as notícias sobre o Pronatec evidenciam o total descompasso das políticas públicas desenvolvidas pelo MEC, que, por tradição, opta pelas exigências das empresas capitaneadas pelo Sistema S, em detrimento de uma política consistente de universalização da educação média pública, de qualidade, pautada pela formação integrada com a educação profissional. Tendo como referência o Prouni (que beneficiou instituições de ensino superior privadas, inadimplentes), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego oferecerá 8 milhões de vagas, até 2014, para formação de jovens do ensino médio e trabalhadores que precisam de qualificação.

Vale destacar que amplo caminho percorreu a EJA no plano histórico brasileiro, mas considera-se que no contexto educacional do Brasil com a chegada da esquerda ao poder, com a eleição do presidente Lula, em 2002, não houve uma realização das perspectivas associadas às mudanças fundamentais tão desejadas e esperadas no campo da sociedade e da educação, ainda que a Constituição Federal de 1988 desse suporte a tais mudanças. Mesmo que o conhecimento produzido até então tivesse contemplado uma discussão sobre as contradições, obstáculos e probabilidades relacionadas à educação profissional, cunhadas principalmente no campo do Trabalho e Educação, que tanto se esperava ser assumida pelo “novo” modelo político do Estado brasileiro, o que se apresentou foi uma continuidade de controvérsias das batalhas sociais, propostas infundadas e demagógicas e ações omissas na atividade do poder (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Por outro lado, refletir sobre a EJA não é possível sem colocar no centro das ponderações os sujeitos deste segmento educacional, ou seja, os próprios jovens e adultos. Conforme argumenta Freire (2002, p. 15):

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela, saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

Trata-se, portanto, de construir coletivamente um currículo que considere os sonhos, desejos, necessidades, saberes dos educandos, articulando-os interdisciplinarmente aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, que lhes possibilite a análise crítica da realidade social, com vistas à possibilidade de transformação desta.

3. O currículo integrado no Proeja-FIC

Ora, não se pode deixar de considerar que o saber fundante desta travessia no empenho do encurtamento do espaço que há entre o eu e a cruel realidade daqueles que se encontram na posição de explorados é justamente o saber embasado na própria ética que estabelece a legitimação da exploração humana pelos próprios humanos. Ainda como Freire (2002, p. 51-52) sabiamente reflete:

Mas este saber não basta. Em primeiro lugar, é preciso que ele seja permanentemente tocado e empurrado por uma calorosa paixão que o faz quase um saber arrebatado. É preciso também que a ele se somem saberes outros da realidade concreta, da força da ideologia; saberes técnicos, em diferentes áreas, como a da comunicação. Como desocultar escondidas, como desmistificar a farsa ideológica, espécie de arapuca atraente em que facilmente caímos. Como enfrentar o extraordinário poder da mídia, da linguagem da televisão, de sua ‘sintaxe’ que reduz a um mesmo plano o passado e o presente e sugere que o que ainda não há já está feito. Mais ainda, que diversifica temáticas no noticiário sem que haja tempo para a reflexão sobre os variados assuntos.

E assim, como o mesmo autor salienta, “o mundo encurta, o tempo se dilui: o ontem vira agora; o amanhã já está feito. Tudo muito rápido”. Ou seja, é tempo de debate acerca de tudo aquilo que nos é imposto como pronto e acabado e propício à formação dos estudantes trabalhadores (FREIRE, 2002, p. 52).

Nesse sentido, à organização de um currículo aligeirado e pautado no ensino profissional tecnicista, mercadológico, como previsto pelo Pronatec, direcionado aos trabalhadores, nos contrapomos com a compreensão da importância da formação profissional e da organização do currículo da EJA integrado à educação profissional, voltada para o mundo do trabalho, numa formação integral, ontológica, omnilateral e pertinente a essa modalidade. Acreditamos que o currículo integrado tem o trabalho concebido como motor da construção da existência humana, um conceito diferenciado de trabalho, tendo-o como princípio educativo, permitindo a compreensão concreta do significado econômico, social, histórico, cultural e político do mundo.

Para a discussão do trabalho na dimensão ontológica, podemos nos fundamentar em Engels em seu ensaio *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, de 1896, no qual afirma que o trabalho *é a condição básica e fundamental de toda a vida humana* (2004, p.11). Na crença de nossa descendência dos macacos, Engels acredita que a evolução para a posição ereta disponibilizou as mãos para atividades que não *servir de muleta para um aleijado* (ibdem), adquirindo habilidades, de geração em geração, numa relação de via dupla entre mão e corpo, em que a modificação de uma modificava a outra. Marx e Engels conceituam o trabalho nesta relação não só individual, mas com a natureza.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (2004, p. 30).

No entanto, essa dimensão ontológica de constituição do ser homem por meio do trabalho é desvirtuada pela sociedade econômica política a qual estamos submetidos. Os produtos são mercadorias, assim como a força de trabalho e o próprio homem na condição de trabalhador. De forma perversa, atribui-se como papel da escola a formação de mão-de-obra como combustível desse modo de produção e de exploração do trabalhador, já que o sistema é uma estrutura totalizadora, como nos coloca Mézáros (2006, p. 96), “de controle a qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua 'viabilidade produtiva'.

ou perecer, caso não consiga se adaptar”.

Considerando a perversidade do sistema em relação ao papel da escola, e contrapondo-se a ela, consideramos que o currículo integrado é realmente um ponto positivo na educação de jovens e adultos trabalhadores. Um currículo integrado assim concebido:

[...] d) seja baseado numa epistemologia que considere a unidade de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos e numa metodologia que permita a identificação das especificidades desses conhecimentos quanto à sua historicidade, finalidades e potencialidades; e) seja baseado numa pedagogia que vise à construção conjunta de conhecimentos gerais e específicos, no sentido de que os primeiros fundamentam os segundos e estes evidenciam o caráter produtivo concreto dos primeiros; (RAMOS, 2005, p.109).

Nessa perspectiva, não provém demarcar o que deve ser voltado para a formação geral e específica, pois a formação que traz a concepção de trabalho como princípio educativo, concebe-se como uma formação unitária, assim, não podem ser apartados ou classificados quantitativamente os conhecimentos gerais dos específicos. (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS; 2005) A perversidade do papel da escola é alimentada, por vezes, através do seu currículo, que há muito deixou de ser uma área técnica, voltada para questões de procedimentos, técnicas e métodos. Sobre a alteração de sentido que podemos encontrar nos currículos, Silva nos atenta:

Da perspectiva pós-estruturalista, pode-se dizer que o currículo é também uma questão de poder e que as teorias do currículo, na medida em que busca dizer o que o currículo deve ser, não podem deixar de estar envolvidas em questão de poder. Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. (SILVA, 2007, p.16).

A integração sugere a superação da divisão histórica do homem em *homo faber* e *homo sapiens* (GRAMSCI, 2004, p.53), entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Garante aos jovens e adultos trabalhadores uma formação completa para a leitura do mundo e para sua atuação enquanto sujeitos históricos de sua sociedade.

Diante das condições do analfabetismo ou analfabetismo funcional de jovens e adultos, que ainda é uma realidade, defasagem idade-ano escolar, repetência e descontinuidade no processo de escolarização são características que contribuem para afirmação da desigualdade social, marca histórica de nossa sociedade, conforme ressalta a autora Moll (2010), a possibilidade do currículo integrado constitui-se como parte da resposta a essa realidade. No contexto da prática pedagógica, as condições de interferência para uma nova construção do conhecimento poderá desdobrar para além do curso pedagógico e curricular, mas também com mudanças sociais em que os sujeitos trabalhadores

marginalizados do cotidiano escolar possam se tornar visíveis e atores históricos.

O currículo integrado apresenta-se como uma possibilidade de não somente inserção social para aqueles que foram obrigados a se afastarem do processo de escolarização pelas próprias condições concretas de existência, mas também compreende a perspectiva da formação humana, essencial para condição emancipatória dos homens e mulheres dessa sociedade.

4. Algumas reflexões

Ainda continua sendo um grande desafio o trabalho de formação e fazer pedagógico na perspectiva da construção do currículo integrado, por ser construído coletivamente, partir da realidade dos educandos da EJA e ser desenvolvido interdisciplinarmente, via regências compartilhadas entre as várias disciplinas e áreas do conhecimento, mesmo assim, alguns materiais pedagógicos, construídos a partir das várias tentativas de concretizar o currículo integrado nas escolas que estão vivenciando o fazer pedagógico da educação fundamental integrada à educação profissional, estão sendo postados no Portal como forma de registro, memória da construção, mas sobretudo como material que poderá contribuir para outras vivências pedagógicas que também busquem o desafio do currículo integrado.

Na formação continuada desenvolvida desde janeiro de 2013, com um curso inicial foram discutidos princípios, horários, composição das turmas, proposta pedagógica, forma de organização curricular relacionados à experiência. E ao longo do ano a formação continuada que foi desenvolvida semanalmente *in lócus* nas escolas, em pequenos grupos de trabalho com os educadores, coordenados pelo professor formador, e quinzenalmente com encontros coletivos com todos os profissionais da escola, momentos em que eram realizados estudos e planejamentos com os educadores e a escuta aos educandos, desde o levantamento das temáticas de trabalho até a definição dos eixos temáticos.

O trabalho foi pautado nos eixos identidade, conhecimento e trabalho, tomados ora como princípios, como categorias e/ou como referencial teórico metodológico no processo formativo. Os temas desenvolvidos em cada escola foram eleitos a partir das necessidades e demandas levantadas pelos educadores, coordenadores e gestores de EJA e giraram em torno de: currículo integrado, organização curricular partindo da realidade dos educandos da EJA (tema gerador, projeto de ensino-aprendizagem, eixo temático), sujeitos da educação de adolescentes, jovens e adultos (EAJA), a proposta pedagógica da EAJA, princípios e fundamentos ético político-pedagógicos (mundo do trabalho, reorganização pedagógica,

trabalho coletivo e regência compartilhada), leitura e escrita.

E neste processo de formação e construção coletiva de materiais, o Portal tem sido um espaço fundamental para as trocas de experiências, como meio de divulgar acerca deste trabalho, sendo postado no *menu horizontal*, em *Educação Profissional*, na área destinada ao Proeja-FIC, desde *aspectos administrativos, aspectos pedagógicos à divulgação do trabalho*. Sendo que nos aspectos pedagógicos estão disponibilizados documentações pedagógicas (diários, planos de aulas e de curso, ementas das disciplinas, fichas avaliativas, etc.); práticas pedagógicas (materiais didáticos, slides, aulas compartilhadas, atividades desenvolvidas com seus produtos finais, fotos e vídeos do processo, bem como livros, textos e vídeos utilizados nas aulas, entre outros conteúdos do dia-a-dia escolar, produções didáticas resultantes do trabalho desenvolvido no Proeja FIC/Pronatec); e formação continuada em que foram disponibilizados os materiais utilizados no curso inicial, na formação dos formadores e nos encontros de estudo e planejamento nas escolas (programação, slides, textos, vídeos etc.)

Muito mais que aprender a ler e escrever, jovens e adultos anseiam ser leitores de mundo, em uma ação conscientizadora que leva à atualização dos conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e acesso às novas tecnologias e ao universo da cultura e do trabalho. Fora das escolas, esses trabalhadores construíram conhecimentos na interação com o contexto social, não se dirigindo à EJA como pessoas desprovidas de qualquer tipo de cultura, carga intelectual ou habilidade. Assim, o cumprimento do direito de todos, indica que jovens e adultos, em todas as idades, podem se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades e formações para transcender os espaços formais da escolaridade e conduzir-se à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Formação Inicial e Continuada / Ensino Fundamental. **Documento Base**. Brasília: MEC, 2007.

CIAVATTA, M; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e Fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed., São Paulo: Paz e terra, 1996. [Coleção Leitura].

FÓRUNS EJA BRASIL. **O que é o Portal**. Disponível em: <http://forumeja.org.br/node/2237>, acesso em: 30/07/2014

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educ. Soc.**, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, especial, 2005.

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MACHADO, M. M. Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança. In: **Revista Retratos da Escola: Formação de professores: impasses e perspectivas**. Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – v. 2, n. 2/3, jan. a dez. de 2008.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução Isa Tavares, São Paulo: Boitempo, 2006.

MILITÃO, S. C. N. FUNDEB: mais do mesmo? In: **Nuances: estudos sobre Educação**, Ano XVII, v. 18, n. 19, p. 127-138, 2011.

MOLL, J. PROEJA e democratização da educação básica. In: MOLL, J. e colaboradores (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 131-138.

RAMOS, M. N. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; e RAMOS, M. N. (Orgs.) **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p. 106-127.

SILVA, T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica. 2007